

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.482 - GO (2019/0243903-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO**
ADVOGADOS : **LUCIMEIRE DE FREITAS - GO010189**
 : **ELAINE GOMES PEREIRA - GO020670**
AGRAVADO : **FERNANDA DE MORAES PRETO**
ADVOGADO : **CESAR YUKIO DE MORAIS NOZAKI - GO026055**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL SÚMULA 7/STJ. PREJUDICADO.

1. Ação de indenização por danos materiais e morais.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
4. O reexame de fatos e provas não é permitido na via especial.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO contra decisão denegatória de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 16/08/2019

Processo distribuído ao Gabinete em: 26/11/2019

Ação: de indenização por danos materiais e morais ajuizada por FERNANDA DE MORAES PRETO em face da agravante, em virtude de

propaganda enganosa por ter a ré oferecido curso de Farmácia Bioquímica, embora a graduada só possa atuar como Farmacêutica Generalista.

Sentença: julgou improcedente o pedido inicial.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela agravada, nos termos da ementa a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. I- INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ANUNCIAVA CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA-BIOQUÍMICA. PROPAGANDA ENGANOSA. DEVER DE INDENIZAR O DANO MORAL. AFASTADO DANO MATERIAL. A Resolução nº 02/2002 do Conselho Nacional de Educação, vigente ao tempo do ingresso da autora na Instituição de Ensino Superior, determinou que o curso de Farmácia passe a ter formação generalista, o que impede a referida Universidade de oferecer o curso de Farmácia-Bioquímica, sob pena de responder objetivamente pelos danos causados em razão da má prestação do serviço. Assim, de nada vale a emissão de diploma com a dupla habilitação, já que este não será reconhecido pelas entidades competentes. Conforme enunciado sumular do STJ, “As instituições de ensino superior respondem objetivamente pelos danos suportados pelo aluno/consumidor pela realização de curso não reconhecido pelo Ministério da Educação, sobre o qual não lhe tenha sido dada prévia e adequada informação.” Configurado, pois, o ato ilícito por parte do estabelecimento de ensino ao ofertar propaganda enganosa, enseja a obrigação de ressarcir os danos morais sofridos. Man tida a grade curricular e não havendo prejuízo com relação a carga horária do curso, inexistente a obrigação de indenização por dano material. II- CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA VERBA INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO MONTANTE. O valor a ser arbitrado a título de compensação por dano moral deve ter como parâmetro a extensão do abalo sofrido pelo lesado, considerada, ainda, a finalidade repressiva ao ofensor, sem, contudo, configurar fonte de enriquecimento ilícito. Assim, atenta para o aspecto da lide em voga e firme no propósito de coibir a instituição de ensino infratora a incorrer em novo ilícito, considero que o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) é razoável e proporcional frente aos danos evidenciados nos autos. III- RESOLUÇÃO Nº 06/2017. A edição da Resolução nº 06/2017 pelo Conselho Nacional de Educação não altera a conclusão do julgado, posto que, à época em que firmado o contrato de prestação de serviços educacionais, estava em vigor a Resolução 02/2002, que já previa a formação generalista para o curso de Farmácia em contrariedade ao título de farmacêutico-bioquímico indevidamente prometido pela Instituição de Ensino. IV- JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO.

CORREÇÃO MONETÁRIA. ARBITRAMENTO. Os juros de mora devem incidir a partir da citação, eis que se trata de responsabilidade contratual, ao passo que a correção monetária deverá incidir a partir do arbitramento, nos termos da Súmula 362 do STJ. V- REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. Tendo em vista que cada litigante é, em parte, vencido e vencedor, impõe-se a sucumbência recíproca, com o rateio das custas processuais, na proporção de cinquenta por cento (50%) para cada uma das partes, bem como dos honorários advocatícios ora arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos dos artigos 85, § 2º e 86 do CPC/15. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. (e-STJ fl. 125).

Embargos de declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso Especial: o recorrente alega violação dos arts. 489, § 1º, IV, 1.022 do CPC/15; 14 e 37 do CDC, bem como divergência jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que "considerando que até a edição da Resolução CNE 06/2017 não havia qualquer norma de natureza educacional, expedida por órgão competente para tanto, ou seja, pelo Conselho Nacional de Educação, vedando a oferta de cursos de “farmácia-bioquímica”, fica claro que a IES não praticou enganosa ou qualquer outro ato ilícito passível de indenização" (e-STJ fl. 413).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015

Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu,

fundamentada e expressamente acerca da publicidade enganosa, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da violação do art. 489 do CPC/2015

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar a convicção do julgador *a quo*, acerca da publicidade enganosa na oferta do curso de farmácia, demandaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 964391/SP, 3ª Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto

já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora